

INDÍCIOS DE ENSINO TÉCNICO/PROFISSIONAL NO MARANHÃO: 1612 – 1916**Leopoldo Gil Dulcio VAZ**

CEFET-MA

leopoldovaz@elo.com.br**Delzuite Dantas Brito VAZ**

CEM 'LICEU MARANHENSE'

Loreta Brito VAZ

Economista

RESUMO:

Procura-se estabelecer o início do ensino técnico/profissional no estado do Maranhão. Encontraram-se indícios de que datam de 1612/13 as primeiras aulas ministradas, ainda ao tempo dos Franceses. Com a retomada pelos portugueses da Ilha Grande, os Jesuítas se encarregaram do ensino das populações residentes, em especial a dos indígenas, ensinando-lhes um ofício. A partir da adesão do Maranhão ao Império brasileiro, intensificam-se os cursos de nível de formação técnica/profissional, muitos deles de iniciativa privada. Já na República, após o encerramento das atividades dos estabelecimentos criados pelo regime anterior, abre-se a Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão, consolidada em 1916 o seu funcionamento, com a nomeação dos primeiros professores efetivos.

Palavras-chave: História; Ensino técnico/profissional; Maranhão

**EVIDENCES OF TECHNICAL/PROFESSIONAL EDUCATIONAL IN MARANHÃO:
1612 -1916****ABSTRACT:**

It searches to establish the beginning of technical/ professional education in the state of Maranhão. Signs were found since 1612/13 the first lessons given, still on the french times. With the resumption of “Ilha Grande” by the Portuguese, the Jesuits were tasked of the education of the resident people specially the indigenous, teaching them a profession. Since the accession of Maranhão to the Brazilian Empire, training of courses in technical / Professional education has been intensified, most of them from private initiative. In the Republic, after the closure of the activities of the establishments created by the previous regime, it opens the “Escola dos Aprendizes Artífices do Maranhão”, consolidated in 1916 with its operation and appointment of the first effective teachers.

Key-words: History; technical/professional education; Maranhão

INTRODUÇÃO

O ensino técnico/profissional inicia-se com a chegada dos franceses, em 1612. (Pianzola, 1992; Meireles, 1982). Em seu “Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614”, Ives D’Evreux (2002) diz ser fácil civilizar os selvagens à maneira dos franceses e ensinar-lhes os ofícios que havia em França. Após descrever as habilidades do Ferrador, índio do Mearim, afirmando que exerciam outros ofícios, além de ferreiro: tanoeiro, carpinteiro, marceneiro, cordoeiro, alfaiate, sapateiro, tecelão, oleiro, ladrilhador e agricultor. Esse Padre, que passou mais de dois anos em Maranhão, propõe ao Soberano francês a criação de um seminário onde se devem educar os filhos dos selvagens, única esperança da firmeza da religião naquele país.

E São Luís é Fundada – 1616

Das ordens dadas por Alexandre de Moura a Jerônimo de Albuquerque, consta a construção de uma cidade - São Luís - no entorno do Forte de São Felipe: “... *deverá restaurar e aumentar a fortaleza segundo as plantas do engenheiro Frias*”. (Pianzola, 1992:265). Para tanto, devia se utilizar dos artesãos franceses que ficaram na Ilha.

A chegada dos Jesuítas e a Fundação do Colégio - 1618

A presença de ordens religiosas na colônia prendia-se, teoricamente, aos interesses pela conversão e educação dos nativos, instrumento de dominação da política colonial européia (Cavalcanti Filho, 1990). Em 1618, os jesuítas instalam-se no Maranhão, na antiga Aldeia da Doutrina (hoje, Vila do Vinhais Velho).

Em 1622, fundam o Colégio e a Igreja Nossa Senhora da Luz (atual Igreja da Sé), além de diversos estabelecimentos de ensino. Nesses estabelecimentos existiram escolas rudimentares de aprendizagem mecânica, o que hoje chamaríamos Escolas de Artes e Ofícios. Houve aí também as primeiras oficinas de pinturas e escultura, sendo essas oficinas postulado e consequência da construção dos colégios. (Souza, 1977). Pellegrini (2000) localizava naquele Colégio a Biblioteca, as escolas para os filhos dos colonos e as oficinas de carpintaria, serralharia, pintura e estatuaria, onde eram formados os mestres-de-obras, carpinteiros, entalhadores, e douradores responsáveis pela edificação de igrejas, confecção de altares e das imagens utilizadas pelos jesuítas no trabalho de evangelização. Foram as oficinas da Companhia de Jesus que instauraram uma 'escola maranhense' de arte. Trabalhando lado a lado com entalhadores europeus, aprendizes locais desenvolveram-se como artistas.

Seriam esses trabalhadores indígenas? pelo regimentos 1611 é novamente autorizada a escravização indígena, consagrando-se o sistema de aldeamento. Nos aldeamentos, o comércio e o ensino de artes mecânicas deviam ser introduzidos entre os indígenas (Alencastro, 2000).

1622 – Primeiras atividades industriais

Os primeiros engenhos de açúcar que tivemos foram instalados na ribeira do Itapecurú, em 1622, por Antônio Muniz Barreiros. Quem eram os operários que o faziam funcionar? De onde aprenderam os ofícios? Estariam entre aqueles quarenta casais, do contrato de Antônio Ferreira Betancor, de 1621? Atendo ao dos Garcia D'Ávila, os desbravadores do Piauí e da região dos Pastos Bons, no Maranhão – o Governador-Geral autorizara remeter ao Estado do Maranhão seis mestres de fazer açucares. (Coelho Netto, 1979).

Para Alencastro (2000), faz falta um estudo sistemático dessas diversas atividades e, em particular, da construção naval, pois em tempos de piratas, corsários e batalhas marítimas, o trabalho indígena ajudou a recompor as frotas. Ao lado da indústria canoeira havia uma construção naval de porte fornecendo embarcações para o tráfico atlântico de africanos. Boa parte do corte, transporte e preparo do madeirame, da carpintaria, coragem, mastreação e velame produzidos nessas diversas oficinas navais repousava sobre o trabalho dos índios públicos.

O COMÉRCIO E O ENSINO DE ARTES MECÂNICAS ENTRE OS INDÍGENAS

Como dito, nos aldeamentos, o comércio e o ensino de artes mecânicas deviam ser introduzidos entre os indígenas, assim como esses índios - dos aldeamentos - só podiam ser utilizados mediante salário, nos termos de lei de 1611.

Renôr (1989), ao divulgar alguns documentos raros da história do Maranhão investigando sobre o cativo dos índios (1723), apresenta-nos, dentre as testemunhas arroladas para depor diante do Ouvidor Sindicante, alguns oficiais artesãos: oficial de sapateiro; oficial de ourives; oficial de carpinteiro.

João Renôr esclarece que o regime de trabalho assalariado entre os índios do Maranhão foi introduzido por Xavier de Mendonça Furtado. O antigo sistema de remuneração não era definido e não havia salário em dinheiro. Pagavam-se os salários dos carpinteiros, dos índios e de todos os

tipos de artesãos em peças de pano. A partir da ordem de Mendonça Furtado todos passam a receber salários ou por mês ou por dia. Os vários ofícios exercidos pelos índios – e os respectivos salários eram: de serviço ordinários, os sem qualificação profissional, e recebiam a quantia de 400 réis por mês; os índios especializados eram Pilotos que operavam nos “Ofícios das Canoas”, recebiam quatro tostões por mês correspondendo ao velho pagamento de 4 varas de pano; os proeiros passaram a receber a quantia de três tostões por mês, correspondendo ao valor de três varas e uma terça de pano; e os oficiais mecânicos (artesãos) que na época eram chamados por “Oficiais dos Ofícios Mecânicos” eram diaristas na razão de sessenta réis por dia e o “decomer” (a bóia) por conta do patrão. Se o referido Oficial Mecânico quisesse trabalhar “a seco” (sem a bóia do patrão) recebia por dia de serviço a quantia de cem réis.

OS NEGROS E OS TRABALHADORES LIVRES

Como Corrêa (1986), se pergunta se os escravos transformavam-se em concorrentes dos artistas, nas atividades de prestação de serviços mecânicos e liberais? Nesse autor buscamos a respostas, que afirma que a princípio, preservado o instituto jurídico da escravidão, como os afamados escravos de ganho dos senhores, que perambulavam pelas cidades como esmoleres e/ou como trabalhadores, recebendo o treinamento e a habilitação minimamente compatíveis com a prestação de serviços diversificados – e portadores, entretanto, da característica comunitária de renderem uma contrapartida em dinheiro, na qual o dividendo majoritário pertencia ao proprietário de quem trabalhava.

Portanto, há a confirmação de que o crescimento da concorrência aos artistas tinha raízes sociais no declínio da escravidão, com a habilitação de escravos urbanos e domésticos para os ofícios liberais como os de rendeira, costureira e alfaiates e os de pedreiro, sapateiro e carpinteiro. Os artistas liberais e mecânicos ficaram circundados pelo consórcio da concorrência do mercado de trabalho (Corrêa, 1986).

AULA DE FORTIFICAÇÃO

Em 1699, era recomendado que se abrisse, em São Luís, uma aula de fortificação para até três alunos, que receberiam, enquanto durasse o curso, uma diária de Rs\$ 0,50. Essa recomendação se dá pelo fato de haver em Maranhão, três engenheiros, que poderiam ministrar essa aula. Não se tem notícia de que essa aula chegou a funcionar (Meireles, 1995:55; PACHECO, 1924?).

O ARSENAL DA MARINHA

Através da Carta Régia de 16 de outubro de 1798, o governo português criou o Arsenal de Marinha para dar sustentação às ações mercantis e apoio logístico à Real Armada Portuguesa. O **Arsenal de Marinha** foi durante mais de quatro décadas um Centro de Profissionalização direcionada ao trabalho marítimo no Maranhão. Além de formar a mão-de-obra para esse trabalho e quadros para a Armada, fazia concertos de navios em suas oficinas, bem como barcos e outros meios de transporte flutuantes. Segundo LEANDRO (2002), o trabalho marítimo absorvia um considerável número de trabalhadores e escravos de forma direta e indireta, todos como características bem distintas. Dentre esses trabalhadores havia operários estratégicos para a segurança do Estado: carpinteiros e calafates. Os carpinteiros e calafates eram os operários que embarcavam nos navios da Armada, e o arsenal formava operários nas diversas categorias profissionais, inclusive criando companhias de operários formadas por índios. Sendo um centro de formação profissional tinha como preparar os gentios ensinando-lhes uma profissão, promissora à época (Leandro, 2002).

Com a criação da **Escola de Máquinas da Marinha**, e de acordo com o Decreto no. 252, de 03 de março de 1860, a instituição recebia menores egressos, com formação, das oficinas dos Arsenais (Leandro, 2002).

Ressalta Leandro (2002) que o curso de máquinas era oferecido pela Marinha para os menores no momento em que o Brasil era um país meramente produtor de matérias-primas. Isto colocava a

Marinha em destaque, como uma instituição moderna do Império que estava transformando os menores abandonados e carentes em profissionais engajados na política de modernização da Marinha e conseqüentemente no meio social.

Com o fim da Marinha a vela, e com os novos navios de ferro, comprados no exterior (Inglaterra, França e Estados Unidos), inicia-se um processo de modernização da Armada, exigindo homens mais qualificados e instruídos para operarem os novos navios de guerra. Criam-se escolas para formar esses pessoal qualificado, sendo a primeira - fora da Corte -, a Escola de Aprendizes de Marinheiros do Pará, que serviu de referencia para as demais instaladas em outras Províncias.

Em 1861, a Marinha cria na Província do Maranhão a **Companhia de Aprendizes Marinheiros** pelo Decreto no. 2.725, de 12 de janeiro de 1861, quando Ministro da Marinha o Conselheiro Francisco Xavier Pais Barreto. Foi comandada pelo 1º Tenente da Armada, José Francisco Pinto, imediatamente subordinada ao Capitão do Porto. O seu pessoal é de 218 praças, a saber, um comissário, um escrivão, um contramestre, dois guardiões, um mestre de armas, oito marinheiros de classe superior, e duzentos aprendizes, sujeitos às disposições do Regulamento que acompanhou o Decreto no. 2003, de 24 de outubro de 1857. (Marques, 1970; Leandro, 2002).

APRENDIZES DAS ARTES MECÂNICAS

Nos primórdios da tipografia no Maranhão – a primeira data de 1821 – junto com os primeiros prelos, vieram os primeiros tipógrafos – mestres que transmitiam suas artes -, como informa Frias (2001):

“Depois dos tipógrafos que vieram do estrangeiro, nos primeiros anos do estabelecimento da tipografia entre nós, e que ensinaram o que sabiam, e era o que então se usava na Europa, jazeram os que com eles aprenderam e os discípulos destes, na ignorância dos inventos que de dia em dia se introduziam lá fora na tipografia”. (p. 19).

O que é confirmado pelo aviso publicado em “O Conciliador do Maranhão”, em que: *“Na Typographia Nacional se admitem Alumnos e Aprendizes das Artes de que ellas se compoem; começando com o vencimento a 160 a 240 que se lhe aumentará conforme se adiantarem. Quem pretender occupar-se em alguns desses lugares procure o Director, assiste nas cazas unidas à mesma Typographia”.* (O CONCILIADOR DO MARANHÃO, Quarta-feira, 05 de dezembro de 1821, n. 42, p. 108).

Em 1859, aparece uma revista dedicada às artes e à indústria, denominada “O ARTISTA”, sob a direção dos engenheiros Fernando Luís Ferreira e seus filhos, Drs. Luís Vieira Ferreira, e Miguel Vieira Ferreira. Publicação interessante e de muita utilidade, sustentou porfiada luta em favor das classes operárias. Nas notas, Joaquim Serra (Ignotus) revela que: *“Na verdade, O Artista, de início, ‘jornal principalmente dedicado às artes mecânicas’, e, a partir do no. 12, ‘dedicado à indústria e principalmente às artes’, veio à luz da imprensa a 21 de maio de 1862.”* (Serra, 2001).

Na antiga **Companhia de Navegação Maranhense** eram ensinadas as artes mecânicas, tão necessárias à manutenção dos navios, conforme informa Eurico Teles de Macedo, em seu *“O Maranhão e suas riquezas”*, quando recorda que, em 1906, ainda alcançara a velha companhia: (2001).

Com o título “instrução profissional”, o jornal “O Artista” dá-nos mais notícias dessa escola de aprendizes mecânicos, funcionando na **Casa de Fundação da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão** (O ARTISTA, Maranhão, 15 de março de 1868, n. 3, Segunda série)

O Sr. Antonio Joaquim, em seu Relatório, fala das dificuldades que vinha enfrentando no funcionamento da escola, em especial a freqüência dos alunos aprendizes às aulas: *“O tempo para os offícios de carpinteiro e ferreiro será de 5 annos, e para os offícios de modellador, fundidor e machinista de 7 annos, e para caldeireiro a vapor de 6 annos. Os dous primeiros annos para quaisquer dos offícios será sem vencimentos. Este tempo sem vencimento é meramente de experiência para que o administrador possa conhecer melhor a intelligência, comportamento moral, e assiduidade na freqüência das officinas, e só depois d’este tirocínio é que começarão a vencer um pequeno jornal, não excedente de 1\$000 rs. na último anno. Todo aprendiz é obrigado a*

frequêntar as aulas noturnas de instrução primária e mechanica aplicada, sob pena de ser demittido se não o fizer. Passados os dous primeiros annos, então será lavrado o contracto contando-se para isso o tempo que servirão sem vencimentos sugeitando-se o pai, mãe, ou tutor do aprendiz, a uma multa de 150\$000 se antes de acabar o tempo o aprendiz deixar o estabelecimento por qualquer motivo a não ser doença incurável. Não se admitem aprendizes menores de 12 annos e mais de 14 por consideração alguma. Nos dous primeiros annos sem vencimentos o aprendiz será obrigado a fazer todo o serviço da casa que lhe for ordenado. “Fundação em 23 de abril de 1868 - Antonio Joaquim L. da Silva” (O ARTISTA, Maranhão, n. 9, 26 de abril de 1868). (Grifos nossos).

AS AULAS DE COMÉRCIO

No Maranhão, a primeira aula de comércio que se teve foi aberta em 1811. Ensino eficiente do Comércio só se teve no período da Regência Permanente Trina, em que foi criada, pelo Decreto de 2 de agosto de 1831, uma cadeira. Foi seu lente, por concurso público, Estevão Rafael de Carvalho, que fizera o curso de matemática na Universidade de Coimbra. (O PUBLICADOR OFICIAL, n. 22, Quarta-feira, 04 de janeiro de 1832). Mais tarde, em 1838, quando Vicente Tomaz Pires de Figueiredo Camargo, pela Lei de número 77, de 24 de junho, cria o Liceu Maranhense, a cadeira de Rafael de Carvalho passou a fazer parte do Curso de Comércio daquele estabelecimento.

Em 1893, é criada a **Cooperativa dos Artistas e Operários Maranhenses**, sob a liderança de Manoel Godinho e Francisco Trossa. As classes laborais promoveram a **Escola Operária**, dirigida pelo professor Joaquim Alfredo Fernandes, que funcionava às segundas, quartas e sextas-feiras, na Rua da Mangueira, 44. Consagravam, na verdade, o antigo raciocínio de que sem ilustração, não haveria libertação.

Depois do **Centro Artístico Eleitoral**, houve o aparecimento dos Partidos Operário Brasileiro e Operário Federal no Maranhão. Do primeiro partido, consta de seu programa promover “*a instrução primária, technica e secular gratuitas e obrigatórias*” (art. 10) e no art. 33: “*creação de estabelecimentos profissionais technicos, a expensas dos municípios, dos Estados e da união para aprendizagem e regularisação de aptidões, por commissões peritas de operarios*”. (in Corrêa, 1986: 133)

A CASA DOS EDUCANDOS ARTÍFICES

A instalação da Casa dos Educandos Artífices data de 23 de agosto de 1841, pela lei número 105. O então Presidente da Província, Dr. João Antônio Miranda, envia à Assembléia Legislativa mensagem criando-a, com os objetivos de desviar os jovens dos caminhos dos vícios e oferecer à Província trabalhadores e artífices. Ali se formavam os quadros profissionais de alfaiates, pedreiros, carpinteiros, charuteiros em razão de o estabelecimento ter oficinas preparadas para o ensino prático dessas profissões.

Em 11 de janeiro de 1842, no JORNAL MARANHENSE, é publicado o Regulamento da Casa dos Educandos: “*...casa de educação de artífices para onde serão recolhidos os meninos pobres e desvalidos de toda a Província, que o mesmo Presidente julgar aptos a aprender todos os ofícios mecânicos, tendo com tudo preferência os Expostos da Santa Casa de Misericórdia*”. Em seu artigo terceiro: “*... a Casa garante aos Educandos a instrução de primeiras letras, e princípios religiosos, o ensino de um ofício mecânico, e o exercício militar a uma Guarda Nacional*”; no artigo quarto, “*As Primeiras Letras e princípios religiosos são ensinados pelo próprio Diretor ou por um mestre de escolha do Governo; os ofícios aprendem-se no Arsenal e obras públicas e particulares; a instrução militar é dada imediatamente pelo diretor e pedagogo dos Educandos*”; e mais adiante, quando é tratado do Regime da Escola, sabe-se que o dia de estudo/trabalho começava às 5 horas da manhã (artigo 18), com “*formatura e competente revista, para se verificar se não faltou algum, se há doentes, se estão vestidos com aceio e regularidade*”; após o que, “*se dirigirão ao Oratório, ou à melhor sala, e farão as orações*”. Findo o ato religioso, (art. 19), “*se encaminharão à sala de escholla, que durará até às 07:30 horas*”; concluída a lição (art. 20), e “*anunciado o fim dos trabalhos pelo toque de sineta*”, irão todos para “*a sala de rancho, onde a pé*

almoçaram”. Concluído o almoço (art. 21) “*e separadas as classes correspondentes às diferentes oficinas, serão expedidos os Educandos para os respectivos trabalhos*”. No artigo 22, consta que, recolhidos à Casa “*serão servidos do jantar à uma hora, findo o qual se dirigirão à seus officios*”. Às 7 horas, a ceia deverá estar pronta (artigo 23). Após esta haverá orações, como pela manhã e “*ir-se-ão deitar, sendo todos estes e os subsequentes atos anunciados por sineta*”. No artigo 24, consta a permissão “*a cada um empregar-se no trabalho, que lhe parecer, durante a noite ...*” sem que atrapalhem o repouso dos demais. (JORNAL MARANHENSE, terça-feira, 11 de janeiro de 1842, n. 52).

No advento da República, em 13 de dezembro de 1889, com quase meio século de existência, fechava suas portas. A Casa dos Educandos Artífices foi extinta em 1900. Informa Meireles (1995), que com a Proclamação da República, a Junta que assumiu, demonstrando um republicanismo exagerado e ridículo, determinou a destruição e recolhimento aos depósitos de todos e quaisquer vestígios materiais do antigo regime: “*Dentro desse espírito, por certo, é que foi demitido o funcionalismo público, visto como, vindo do Império, só poderia ser monarquista e que se extinguiu, sem razão plausível, a útil e modelar instituição de ensino que era a Escola de Aprendizizes Artífices.*”

No dizer de Lima (2001), o estabelecimento ministrou ensino profissionalizante por mais de trinta anos em oficinas de alfaiate, sapateiro, carpina, marceneiro e pedreiro, além de coronheiro, espingardeiro e surrador de cabedal (couro, manufaturado, sola); aulas de primeiras letras, aritmética, álgebra, geometria, desenho, escultura, geografia, francês, música. (p. 104).

A ESCOLA PRÁTICA DE AGRICULTURA

Em 1851, a Assembléia Provincial teve a coragem de rejeitar uma primeira proposta para a criação de uma **Escola de Agricultura Prática**. Uma segunda proposta, feita em 1856, foi aprovada, transformada em lei de no. 446, de setembro desse mesmo ano, só vindo a ser regulamentada por ato de 10/09/1858, pelo então Presidente da província Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, segundo Meireles (1995:61). Para Marques (1970:263) a Escola Prática de Agricultura foi criada em 7 de abril de 1859, tendo por fim o seguinte: “*1º - ensinar à mocidade da Província a agricultura prática e teoricamente; 2º - Instituir uma série de experiências e ensaios concernentes ao melhoramento do sistema atual de nossa lavoura, criando ao mesmo tempo um centro de observação e demonstrações práticas para a instrução dos lavradores; 3º - Transplantar para a Província os métodos e progressos agrícolas, cuja proficiência houver sido abonada por uma esclarecida e constante experiência dos países estrangeiros mais adiantados*”. (p. 263).

Conhecida como **Escola do Cutim**, por sua localização na ilha de São Luís, Meireles considera que não fosse, a rigor, um estabelecimento de ensino superior, e sim, um instituto de grau médio, profissionalizante, para a formação de técnicos agrícolas, pois tinha por objetivo primordial ensinar prática e teoricamente a profissão de lavrador: “*...mas, por outro lado, deveria fazer pesquisas e experiências que levassem ao aperfeiçoamento do sistema de lavoura usado na terra e visando trazer, para o Maranhão, os métodos e processos agrícolas mais atuais e que já houvessem aprovados em países estrangeiros*”. (Meireles, 1995:61).

A escola foi aparelhada com diversos instrumentos agrícolas: arados, semeadeiras, descaroçadores de algodão, e outros mais. Vieram para a escola, dos Estados Unidos, sementes selecionadas dos diversos gêneros cultivados na Província. Da Europa, foram trazidos cabeças de gado vacum de raças superiores, além de livros para formar sua Biblioteca. Ainda dos Estados Unidos, foi contratado o técnico – francês - Louis Clement, onde administrava estabelecimentos rurais. Para ministrar aulas nessa Casa foi autorizada a ida para Europa de três jovens, que deveriam estudar agricultura, e, ao retornarem, ensinar nessa escola. Com o fim de ainda ensinar na Escola, dois jovens, que já estudavam na Europa Ciências Naturais, às expensas da província, receberam ordens para se dedicarem aos estudos agrônômicos (Cabral, 1984, p. 62).

Uma outra escola de agricultura existente foi o “**APRENDIZADO AGRÍCOLA CRISTINO CRUZ**”, instalado na administração de Francisco de Assis Lopes Júnior (1910-1912), no Município

de Guimarães, nas imediações de Capitua. O projeto inicial figurava uma obra de extraordinária importância para o Município e para o Estado. Funcionou durante pouco tempo, com escolas de profissionalização para aprendizes de vários ofícios, onde se destacavam as avançadas técnicas no setor agrícola bem como da industrialização de madeira, através de requintados móveis. Ozório Jorge de Melo Anchieta foi um dos professores da referida escola.

Na gestão de Otávio Augusto Coelho de Souza (1913-1915), com o advento da I Guerra Mundial, em 1914, o Aprendizado foi desativado, com as instalações a mercê do vento, do sol, da chuva e das mãos desonestas, posto que grande parte do material desapareceu do local.

Em 1916, por determinação do Governador Herculano Nina Parga o que sobrou do Aprendizado foi transferido para São Luís, ainda com o nome original – Aprendizado Agrícola Cristino Cruz – cuja escola transformou-se na atual “**Escola Agrotécnica Federal de São Luís**”, instalada no Maracanã. (Oliveira, 1984).

“A INSTRUÇÃO DO OPERÁRIO É UM CAPITAL PRECIOSO” - A CLASSE OPERÁRIA VAI PARA A ESCHOLLA ...

Aparece em “O PUBLICADOR OFICIAL” aviso em que “*Fernando Luz Ferreira propõem-se a dar aulas de Desenho em sua casa na rua do Giz no. 9, das 4 as 6 da tarde pelo preço de 6\$000. Dá também lições de Aritmética e Geometria*” (O PUBLICADOR OFICIAL, 12 de abril de 1834, no. 252).

Em 1845, a Sociedade Philomática Maranhense faz publicar, através de seu Secretário, um anúncio no seu “JORNAL DE INSTRUÇÃO E RECREIO” onde : “... *se faz público aos habitantes desta província e especialmente desta Cidade que a mesma sociedade deliberou que se fizessem, para ilustração do Povo, Cursos elementares de Sciencia, os quais fossem públicos e gratuitos: Curso Elementar de Geometria e suas aplicações – feito nas 5as. Feiras às nove horas da manhã, pelo sócio Doutor Alexandre Théophilo de Carvalho Leal; Curso Elementar de Physica e Mecânica aplicada, feito aos domingos às onze horas da manhã pelo sócio Doutor Júlio Bayer; Curso Elementar de Chimica aplicada e de Mineralogia feito aos domingos às dez horas da manhã pelo sócio doutor José da Silva Maia, e preparada pelo sócio Luiz Bottentuit; Curso Elementar de Botânica e Zoologia, feito as 5^a ao meio-dia, pelo sócio Doutor Tibério Cesar de Lemos*”

Em 1870, é funda a “**ESCOLA ONZE DE AGOSTO**”- recebeu esse nome porque foi fundada nesse dia naquele ano - pelos bacharéis João Antônio Coqueiro, Antônio de Almeida e Oliveira, Martiniano Mendes Pereira, Manuel Jansen Pereira. Era uma sociedade criada com o fim de estabelecer cursos noturnos para as classes operárias. Essa Escola, segundo Corrêa (1986), tinha por finalidade possibilitar a educação noturna às classes operárias, “... *de sorte que contava com o beneplácito dos poderes estabelecidos, interessados na captura e no controle dos segmentos trabalhadores, exercidos pelo patronato humanitário sob a chancela de Gomes de castro, Presidente da Província, consultado para a aprovação definitiva dos estatutos do educandário proletário.*” (p. 69).

No dia 04 de julho de 1872, é publicado anúncio em "Publicador Maranhense - Jornal do Comércio, Administração, Lavoura e Indústria": "**CURSO DE CONSTRUÇÃO PRÁTICA** - *Esta aula, de grande utilidade para os carpinteiros e pedreiros que se acha encarregado o Dr. Agostinho Autran começará a funcionar na escola popular Onze de Agosto Terça-feira 9 do corrente às 7 da noite*". (PUBLICADOR MARANHENSE, Maranhão, Quarta-feira, 4 de julho de 1872, n. 79, p. 4, NOTICIÁRIO).

Nesta mesma edição, e logo abaixo, aparece outro anúncio, de : "**CURSO DE GEOMETRIA APLICADA ÀS ARTES** - “*O Dr. Emílio Autran começará a explicação dessa matéria na mesma escola popular, hoje a 7 horas da noite*”. (PUBLICADOR MARANHENSE, Maranhão, Quarta-feira, 4 de julho de 1872, n. 79, p. 4, NOTICIÁRIO).

Joaquim Vieira da Luz, em seu festejado "Fran Pacheco e as figuras maranhenses", lembra que Frank Lorain Kirk - Mestre Frank, de nacionalidade norte-americana - homem de idade provecta, corpulento, de poucas palavras e muita ação, "...*na precária oficina da E.F. de Caxias a Cajazeiras [construída na primeira década dos anos 1900], formou sucessivas turmas de artífices - torneiros,*

serralheiros, mecânicos, que se tornaram mestres de outras gerações; sem ser engenheiro, montou, em prazo muitos meses mais curto que o contrato, a ponte sobre o rio Itapecurú, em Caxias, (da E.F. São Luís-Teresina), dirigindo, ele próprio, uma das pesadas locomotivas que foram colocadas em toda extensão da ponte para comprovar a solidez da obra". (p. 112)

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO MARANHÃO

No dia 27 de outubro de 1909, no "Jornal do Commercio", editado na cidade de Caxias, era noticiado: "*ESCOLA PROFISSIONAL - O Governo cedeu a antiga casa dos educandos para nella funcionar a escola profissional que o governo federal projecta criar aqui*". (JORNAL DO COMMÉRCIO, 1909).

Esse mesmo jornal noticia, em 11 de novembro de 1909, a criação da Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão, nos seguintes termos: "*ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES - É do teor seguinte o decreto n. 7.566, de 23 do corrente, de parte da Agricultura, que creou nas Captaes dos Estados da República, escolas de aprendizes, para o ensino profissional primário gratuito: 'O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em execução da lei número 1.606, de 20 de dezembro de 1908: Considerando: ...'*" (JORNAL DO COMMÉRCIO, 1909).

Instalada em 16 de janeiro de 1910, com o objetivo de formar operários e contramestres, contou com uma matrícula inicial de 74 alunos, sendo que apenas 56 a freqüentaram em seu primeiro ano de funcionamento. Foi seu primeiro Diretor, José Barreto da Costa Rodrigues.

Dejard MARTINS (1989), em seu "*Esporte, um mergulho no tempo*", informa que: "*A 16 de janeiro de 1910, inaugurou-se a Escola de Aprendizes Artífices, que se instalou na Praça da República, onde hoje funciona a Delegacia do Ministério da Agricultura. Essa instituição tinha como objetivo primordial, o desenvolvimento de cursos de primeiras letras, desenho, profissão de sapateiro, marceneiro, alfaiate e ferreiro. Bons mestres asseguravam o êxito do empreendimento: Almir Augusto Valente, Vicente Ferreira Maia, Hermelina de Souza Martins, Cesário dos Santos Vêras, Alberto Estevam dos Reis, Alexandre Gonçalves Vêras, Alexandre Gonçalves Nunes, Eduardo Souza Marques e Nestor do Espírito Santo. A criação da Escola despertou, entre os alunos, o interesse pelas práticas desportivas e, como não podia deixar de ser, pelo futebol.*" (p.317)

Em 1915, o ensino industrial sofre uma alteração, quanto à sua organização, dando-se autonomia às Escolas de Aprendizes Artífice. Na edição do dia seguinte, é anunciado a abertura dos do ano letivo de 1915, apresentando-se o quadro de alunos e os problemas que a Escola enfrentaria, devido à Portaria baixada pelo Ministro da Agricultura: "*A ESCOLA DE ARTÍFICES - Reabre-se, amanhã, 16, as aulas deste estabelecimento profissional. Dos 316 alunos matriculados neste estabelecimento, 4 terminaram o curso; foram eliminados por falta de freqüência, 147 e 1 por falecimento, passando para 1915, 164 alunos. Este ano foram matriculados 131, atingindo a marca total de 265. "Da portaria do ministro da agricultura de 7 do corrente, foram dispensados os adjuntos de professor Jerônimo José de Viveiros, Fernando Cardozo, Elvira Magalhães de Assis, Gilberto Maia Costa, Cleomar Falcão, José Piracicaba de Moraes Rego, Antonio Bernardino Sales, e Venâncio Erico Fernandes. "Essa resolução vem atropelar grandemente a marcha do ensino do instituto aos olhos a impossibilidade de um só professor lecionar 295 alunos e um só mestre ensinar 80 aprendizes, em cada oficina". (O JORNAL, 15 de janeiro de 1915).*

Em 5 de fevereiro de 1916, o governador Herculano Parga apresentou mensagem ao Congresso Legislativo do Estado demonstrando interesse pela organização e desenvolvimento do ensino profissional e técnico no Estado. Em sua mensagem, cita como "*... exemplo frisante da poderosa Alemanha e da florescente república da América septentrional como provar de modo incontestável que não são apenas as sciências puras, mas sobretudo as sciências applicadas, o ensino profissional e technico, que preparam os luctadores mais temidos, quer nos momentos pacíficos, quer em attitudes belligerantes*". (O ESTADO, 1º de maio de 1916). Afirma que não basta a Escola de Aprendizes Artífices, um primeiro passo, e apela aos senhores deputados para a criação de um internato onde "*... possam receber diffundido o organizado, por esta, o ensino os*

desprotegidos da fortuna, residentes nesta capital e no interior do estado". Em seu discurso, refere-se ao ato impensado da primeira junta governativa republicana, que fechou a antiga Escola dos Educandos, que "... incontestáveis serviços prestou e que remodelada de acordo com a evolução pedagógica, ainda hoje estava produzindo fructos abundantes e proveitosos", pois: "Já vão rareando os artistas competentes nas diversas manifestações de trabalhos manuaes, outrora tão numerosos e procurados - a nossa honra, o nosso orgulho - applaudidos e victoriosos, onde quer que se apresentassem, e isso porque são hoje limitadas as fontes em que lhes seja facultada haurir orientados e receber os preparos indispensáveis". (O ESTADO, Segunda-feira, 1º de maio de 1916)

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Concordamos com Ferreira (2002), quando afirma que rebuscar o legado imperial/ escravocrata se constitui na atividade primeira de quem se propõe a investigar o nascedouro do ensino profissional/industrial no Brasil. Sob o signo do castigo, da prisão e da subordinação se articulou todo um processo marcado por relações de produção em que o trabalho e coerção andavam sempre de braços dados.

Assim como Cunha (1984, citado por Ferreira, 2002:37), para quem a vigência de relações escravistas de produção, desde os tempos da Colônia funcionava como desincentivo para que a força de trabalho se orientasse para o artesanato e a manufatura. Aquele autor aponta – justificando sua tese – que: “ a subordinação do trabalhador e a inclinação exagerada dos senhores/empregadores de ver todo produtor/ subordinado como ‘coisa sua’, podendo ser esta uma das razões pelas quais as corporações/ irmandades de ofício não tiveram, no Brasil Colônia, o desenvolvimento experimentado por outros países. Demonstra ainda que, desde os tempos coloniais, o Estado coagia homens livres a se transformarem em operários.”. (p. 37).

O Estado não fazia isto com qualquer homens livres, mas com aqueles que social e politicamente não estavam em condições de opor resistência. Procedimento semelhante era adotado para com os menores, os órfãos, os abandonados, os desvalidos em geral - os que não podiam opor resistência, portanto -, que eram encaminhados pelo Estado através dos juizes e das Santas Casas de Misericórdia, aos arsenais militares e de marinha, onde eram internados e submetidos à aprendizagem de ofícios manufatureiros. (Cunha, 1984; Cabral, 1984; Turazzi, 1989; Ferreira, 2002).

Observa-se, também, na gênese das escolas de aprendizes artífices múltiplos laivos de preconceito, tais como: (a) contra o despreparo do trabalhador nativo; (b) frente ao trabalhador imigrante; e (c) em relação às atividades de caráter manual – destinados aos “desvalidos da fortuna”. (Ferreira, 2002:38).

A criação dessas escolas – uma iniciativa tímida e cheia de ambigüidades – foi estribada mais na preocupação de oferecer uma resposta às pressões da sociedade do que, propriamente, atender à demanda de mão-de-obra do mercado de trabalho, na época praticamente insipiente na grande maioria dos dezenove Estados contemplados com aquelas escolas, salvo São Paulo e Rio de Janeiro, que possuíam indústrias e empresas suficientes para, em tese, absorver pessoal qualificado de nível inicial (Turazzi, 1989; Ferreira, 2002).

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *HISTÓRIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL (1500 - 1889)*. São Paulo : EDUC; Brasília : INEP/MEC, 1989
- EVREUX, Yves D'. *VIAGEM AO NORTE DO BRASIL feita nos anos de 1613 a 1614*. São Paulo : Siciliano, 2002
- FRIAS, J. M. C. de. *MEMÓRIA SOBRE A TIPOGRAFIA MARANHENSE*. 3 ed. São Paulo : Siciliano, 2001.
- LEANDRO, Eulálio de Oliveira. *A MARINHA E AS CAMADAS POPULARES NO MARANHÃO – 1822-1871*. Imperatriz-Ma : Ética, 2002

MARQUES, César Augusto. DICIONÁRIO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Maranhão : Tip. do Fria, 1870. (reedição de 1970).

MEIRELES, Mário Martins. HISTÓRIA DO MARANHÃO. São Luís : . .

PELLEGRINI, Paulo. A descoberta da Arte Sacra. IN O IMPARCIAL, São Luís, Domingo, 23 de julho de 2000, Caderno Impar, p. 4-5,

PIANZOLA, Maurice. OS PAPAGAIOS AMARELOS: os franceses na conquista do Brasil. São Luís : Secretaria da Cultura do Estado do Maranhão : Alhambra, 1992.

RENÔR, João. Mendonça Furtado e os salários dos índios do Maranhão. In “O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 29 de abril de 1990, Domingo, p. 16. Caderno Alternativo. (Documentos raros da História do Maranhão XXXII).

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão: esboço histórico. In REVISTA “NOVA ATENAS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA” v. 2, n. 1 – jul.-dez. 1998 – “, disponível em www.cefet-ma.br/revista

VIVEIROS, Jerônimo de. HISTÓRIA DO COMÉRCIO DO MARANHÃO - 1612 - 1895. São Luís : Associação Comercial do Maranhão, 1954.

JORNAIS

A REVISTA – edições de;

A REFORMA DO LYCEU, 201, Terça-feira, 26 de setembro de 1843;

n. 202, Quarta-feira, 4 de outubro de 1843; n. 266, Sábado, 28 de dezembro de 1844

O ARTISTA – edições de:

ARTES PRATICADAS NESTA CIDADE, ano 1, n. 34, Sábado, 24 de janeiro de 1863;

CURSO ELEMENTAR DE MATEMÁTICA, por J. A. Coqueiro”, 07 de março de 1869;

EDUCAÇÃO DA MOCIDADE ARTÍFICE, no. 34, Segunda série, 18 de outubro de 1868;

EDUCAÇÃO DA MOCIDADE ARTÍFICE, no. 35, Segunda série, 23 de outubro de 1868;

EDUCAÇÃO DA MOCIDADE ARTÍFICE, no. 36, Segunda série, 1º de novembro de 1868;

EDUCAÇÃO DA MOCIDADE ARTÍFICE – O ASYLO DE SANTA THEREZA, no. 37, Segunda série, 08 de outubro de 1868;

INSTRUÇÃO PROFISSIONAL 15 de março de 1868, n. 3, Segunda série; no. 30, Segunda série, 20 de setembro de 1868; Segunda série, n. 1, 24 de janeiro de 1869;

03 de fevereiro de 1869;

07 de fevereiro de 1869;

14 de fevereiro de 1869;

21 de fevereiro de 1869;

28 de fevereiro de 1869;

RESUMO DAS BASES DE NOVOS CONTRATOS PARA OS APRENDIZES DA FUNDIÇÃO DA COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO A VAPOR DO MARANHÃO, n. 9, 26 de abril de 1868;

RESUMO DAS BASES DE NOVOS CONTRATOS PARA OS APRENDIZES DA FUNDIÇÃO DA COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO A VAPOR DO MARANHÃO n. 15, 07 de junho de 1868, Segunda série.

A CULTURA INTENSIVA E A ESCOLA AGRÍCOLA DO MARANHÃO. In “O SEMANÁRIO MARANHENSE”, São Luiz, no. 4, Domingo, 27 de outubro de 1867.

- A ESCOLA DE ARTÍFICES. In "**O JORNAL**", Maranhão, Sexta-feira, 15 de janeiro de 1915, n. 39, p. 1
- ANNUNCIO. **A ESTRELLA DO NORTE DO BRASIL**, n. 3, sábado, 18 de julho de 1829, p. 24).
- AS ESCOLAS DE ARTÍFICES. In "**O JORNAL**", Maranhão, Quinta-feira, 14 de janeiro de 1915, n. 38, p. 1
- CORREIO D'ANÚNCIOS**, ano I, n. 8, Sexta-feira, 21 de fevereiro de 1851
- CURSO DE CONSTRUÇÃO PRÁTICA. In **PUBLICADOR MARANHENSE**, Maranhão, n. 79, Quarta-feira, 4 de julho de 1872, p. 4, NOTICIÁRIO.
- CURSO DE GEOMETRIA APPLICADA ÀS ARTES. In **PUBLICADOR MARANHENSE**, Maranhão, Quarta-feira, 4 de julho de 1872, n. 79, p. 4, NOTICIÁRIO.
- ECCHO DO NORTE**, 10 de maio de 1836, p. 94
- ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES. In **JORNAL DO COMMÉRCIO**, Caxias, 10 de novembro de 1909, p. 2
- ESCOLA PROFISSIONAL. In **JORNAL DO COMMÉRCIO**, Caxias, 27 de outubro de 1909
- INSTRUCÇÃO PROFISSIONAL. In **O ESTADO**, Maranhão, Segunda-feira, 1^o de maio de 1916
- JORNAL MARANHENSE**, ano 1, Sexta-feira, 1^o de outubro de 1841, m. 24
- O BRASILEIRO**, quinta-feira, 20 de setembro de 1832, n. 5
- O CONCILIADOR DO MARANHÃO**, Quarta-feira, 05 de dezembro de 1821, n. 42, p. 108
- O CONCILIADOR**, no. 106, Quarta-feira, 17 de julho de 1822), artigos de ofício para a "criação das Eschollas nesta Província".
- O INVESTIGADOR MARANHENSE**, n. 25, Terça-feira, 03 de maio de 1836
- O PUBLICADOR OFICIAL**, n. 22, Quarta-feira, 04 de janeiro de 1832
- O PUBLICADOR OFICIAL**, n. 252, 12 de abril de 1834
- REGULAMENTO DA CASA DOS EDUCANDOS. In **JORNAL MARANHENSE**, Terça-feira, 11 de janeiro de 1842, n. 52.

Artigo recebido em: 29/02/08

Aprovado para publicação em: 31/08/09